

De mãos vazias

Josiane Afonso de Almeida, 22 anos, mãe de um garoto de seis anos, aguarda ansiosamente a chegada do segundo filho. Mas não passa por uma gravidez tão feliz e tranquila quanto a primeira. Em março, ela descobriu que sofre de esclerose múltipla, doença degenerativa do sistema nervoso. Para controlar a doença sem prejudicar o bebê, a neurologista recomendou o medicamento Acetato de Glatiramer (Copaxone). Josiane entrou com pedido na Farmácia de Alto Custo da Secretaria de Saúde, mas ouviu uma velha resposta: o medicamento está em falta desde o dia 15 de maio e não há previsão de chegada.

Cada frasco do Glatiramer custa em média R\$ 400. "Não tenho como comprar um remédio tão caro", reclama a jovem, que está há dez dias sem a medicação. A moradora do Gama foi obrigada a interromper seu trabalho de manicure por causa da esclerose múltipla. Agora, corre o risco de ficar cega e não voltar às atividades normais. Se não controlada, a esclerose afeta, principalmente, os olhos, audição e as capacidades ligadas ao equilíbrio do corpo.

O drama de Josiane não é único. Outros brasilienses portadores de esclerose múltipla também vivem a mesma rotina devido a falta de medicamentos. O fornecimento gra-

tuito desses produtos, assim como os de outras doenças graves (câncer, osteoporose, artrite, hepatite C, fibrose cística) são de responsabilidade do Ministério de Saúde, que mensalmente repassa dinheiro às Secretarias estaduais. Somente esse ano, o DF recebeu R\$ 4,5 milhões para a compra dessas drogas. No ano passado, foram R\$ 8,8 milhões.

A gerente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do DF, Ana Márcia Gaudarb, explicou ao *Correio* que erros no preenchimento das faturas obrigaram o Ministério da Saúde a reter 40% dos recursos repassados mensalmente. "Corrigimos essas incorreções e vamos solucionar o abastecimento a partir de julho", garante Ana Márcia. Apesar dos problemas, ela diz que a crise está parcialmente contornada. A Secretaria de Saúde comprou 252 ampolas de Acetato de Glatiramer, no valor de R\$ 19,7 mil. O estoque dá para dois meses e será entregue na próxima semana.

Os medicamentos estão em falta até para quem conseguiu na Justiça uma ordem para a Secretaria fornecer os produtos. Foi o caso de 20 pessoas com esclerose múltipla. Em janeiro deste ano, elas ganharam liminar no Tribunal de Justiça do DF determinando a distribuição regular de todos os remédios. A Secretaria de Saúde não cumpriu a decisão judicial. A dona de casa Neide Ferreira Alves, 35 anos, é uma das pacientes que ganhou a liminar para receber o Acetato de Glatiramer, mas está sem tomar o medicamento há 15 dias. Neide, o marido e dois filhos têm uma renda mensal de R\$ 1 mil, moram no Guará e não podem arcar com o seu tratamento, que fica em torno de R\$ 6 mil por mês.

APARELHO QUEBRADO

Há um mês, o aparelho de radioterapia do Hospital de Base está quebrado. Os pacientes precisam se deslocar até Anápolis-GO para fazer o tratamento. Para ajudar no transporte desses pacientes, a Associação Brasiliense de Apoio a Pacientes com Câncer, ABAC-Luz, está fazendo uma campanha benéfica para angariar recursos. No dia 4 de julho, às 21h, a Associação promove um baile com a banda Edição Extra. Ingressos por R\$ 12, à venda nas Discotecas 2001.

Ronaldo de Oliveira



JOSIANE PRECISA DE REMÉDIO PARA ESCLEROSE MÚLTIPLA, EM FALTA DESDE MAIO NA REDE PÚBLICA

Doentes e sem opção

A vendedora Maria Betânia de Araújo, 34 anos, sofre de esclerose múltipla desde 1996. Para evitar as crises, ela precisa tomar uma vez por semana a medicação Avonex, ao custo mensal de R\$ 4 mil. Por isso, Betânia está à beira de um ataque de nervos. Para combater os surtos de esclerose, ela também conseguiu a liminar que lhe garante a entrega regular do medicamento Avonex. Mas já foi avisada de que a Secretaria de Saúde não tem o remédio em estoque. "Só tenho uma ampola, que irei tomar hoje. Não sei como ficarei a partir da próxima semana", diz a vendedora, que está sem trabalhar por causa da doença. Ela vive atualmente com uma pensão de R\$ 200 do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Marcelo Cardoso Haidar precisou recorrer ao Tribunal de Justiça do DF para garantir o fornecimento do Acetato de Glatiramer para sua filha M.M.C.H., de nove anos. A garota corre risco de vida por causa da paralisia de órgãos vitais, mas a Secretaria de Saúde não aceitou a receita, emitida por um médico particular. Exigiu que a família da procurasse um médico da rede pública para troca da receita.

Desesperado por não conseguir marcar uma consulta, Haidar entrou com um pedido de mandado de segurança. Ganhou por unanimidade a liminar junto ao Conselho Especial do TJDF. Os desembargadores afirmaram, na sentença, que o direito constitucional à vida vale mais do que normas do governo. Porém, a menina terá de esperar até próxima semana, quando está prevista a remessa de um novo lote do remédio.